

As mudanças necessárias

Publicação: [O Mundo em Português Nº58](#)

Data de Publicação: Abril/Maio de 2005

Autor: Inquérito

No actual contexto do debate sobre a democratização dos países do Médio Oriente e do Mediterrâneo e da importância da acção da União Europeia, mais concretamente no quadro da Parceria Euro-Mediterrânica, O Mundo em Português conversou com alguns dos participantes na XXII Conferência Internacional de Lisboa, dedicada ao tema O Mediterrâneo, o Médio Oriente e a Europa – A Vizinhança Alargada da UE e da NATO, sobre possíveis alterações ao processo de Barcelona e sobre as reformas políticas em curso na região.

Azzam Mahjoub

Cooperar com a sociedade civil....

A Parceria Euro-Mediterrânica é um projecto inter-estadual. Logo, um problema importante é o de saber como se devem integrar as sociedades civis – não só na elaboração de projectos, mas também na sua continuação. Uma das reformas [do Processo de Barcelona] seria a participação efectiva e crescente das sociedades civis no processo, tanto nos países do Norte como nos do Sul. Penso que a partir desta base se deveria dar o máximo de oportunidades – com apoios materiais, humanos e financeiros – para uma maior inter-relação e cooperação entre as sociedades civis de cada lado. Esta é, a meu ver, a melhor garantia para que possamos avançar no processo. Isto ao nível institucional.

De um ponto de vista mais técnico, neste momento são mais salientados o pilar económico e a zona de comércio livre. Daí que haja pouco progresso ao nível político – um aspecto que precisa de ser revisto, para que um diálogo político e tudo o que vá no sentido do progresso e democratização dos países do sul e leste do Mediterrâneo possa avançar e para que a UE não desenvolva apenas uma retórica, mas seja verdadeiramente efectiva no encorajamento da democratização. Ainda no pilar económico o que é importante é que os países do Sul empreendam as reformas

necessárias, mas é preciso também, e não obstante os progressos já realizados, que a ajuda económica e financeira da UE atinja um determinado patamar para que haja um efeito de alavanca, de modo a suscitar um verdadeiro crescimento e desenvolvimento económico das populações do Sul.

Mensur Akgün

... Sem esquecer o Estado

Há várias questões que não têm sido correctamente desenvolvidas no diálogo Mediterrânico, mas importa sobretudo olhar para o benchmarking e a cooperação intergovernamental. Normalmente enfatizamos a cooperação com as sociedades civis dos países do sul, mas não tanto com os Estados. É evidente que há cooperação; existe um mecanismo intergovernamental que a pressupõe, mas faltam-lhe mecanismos que monitorizem (o que existe de forma embrionária na nova política de vizinhança) os desenvolvimentos na democratização do sul do Mediterrâneo ou no também designado Grande Médio Oriente.

Saad Eddin Ibrahim

Roteiro para a democracia

Uma questão central do processo de reformas políticas no Mediterrâneo e no Médio Oriente são as emendas constitucionais que irão abrir o sistema político à livre competição. O papel da Europa é permanecer vigilante, sem impor a democracia mas condicionando a cooperação, a ajuda, o comércio, a tecnologia. Podem dizer «não vamos impor a democracia a ninguém, mas se querem cooperar connosco, mostrem-nos o vosso roteiro para a democracia e para a protecção dos direitos humanos e dessa forma iremos incrementar a nossa relação convosco na tentativa sincera de seguir esse roteiro», mesmo que isso demore 10-20 anos.

O papel dos actores externos é crucial, mas não precisam de agir com armas e aviões, mas antes com ajuda, comércio e tecnologia. Afinal foi isto que derrubou os sistemas totalitários da Europa de Leste – foi o acordo de Helsínquia e sem se ter disparado um só tiro para derrubar estes sistemas. Claro que não podemos repetir a História e não devemos encará-la de forma mecânica, mas o espírito de Helsínquia de 1975 deveria aplicar-se ao Médio Oriente e à Europa no ano de 2005.

Marina Ottaway

Clareza na mensagem

Quando se fala da necessidade de reforma política, penso que deveria ser enviada uma mensagem muito clara aos países do Médio Oriente, quer a partir da Europa quer dos EUA. Quando falamos da necessidade de reforma, referimo-nos à reforma política – e as questões estão a confundir-se quando se fala de reforma económica e modernização. Claro que estas são importantes, mas a questão realmente crucial é a reforma política, é a abertura dos regimes políticos que são coisas próximas.

Os actores externos têm o papel de «forçar» uma determinada agenda. Penso que a mudança, no final, vem de dentro, mas a pressão do exterior tem de facto um impacto no processo interno. Mas para isso a mensagem tem de ser clara. No fim, as mudanças virão dos grupos políticos, da sociedade civil, dos partidos políticos dentro de cada país árabe. Mas estes grupos só serão apoiados se vier uma mensagem clara do exterior.

Ebitsam Al-Kitbi

Credibilidade no apoio externo

Penso que o problema está na credibilidade. Como é que se pode promover a democracia nos mesmos regimes onde já se combateu a democracia? Existem muitas áreas onde se pode actuar, como a reforma judicial ou o Estado de direito mas resta a questão de convencer as pessoas. Além disso, é necessária a aprovação dos governos e tanto os EUA como a UE dão prioridade às instituições governamentais – não olham para a sociedade civil. Têm apresentado, de facto, algumas propostas para a sociedade civil, mas como chegar até ela no caso, por exemplo, da reforma judicial? É sempre necessária a aprovação dos governos! Por isso penso que na relação com os governos não se pode apenas convencer, é preciso exercer alguma pressão. Costuma usar-se o chicote para os governos e a cenoura para a população, mas a cenoura, neste caso, terá de significar maior credibilidade.

O papel dos actores externos continua a ser bastante importante, mas não na imposição de um modelo de democracia! Porque a democracia é um processo e é cultural. Um processo que leva muito tempo – não se pode impor um modelo onde existem falsos indicadores para a democracia, como o que sustenta que têm de haver eleições. O que dizer quando há eleições e um parlamento sem poderes? Qual é então o significado de democracia? Fala-se de empowerment quando se nomeia uma mulher como ministra

ou secretária de Estado, mas isso não interessa se não há separação de poderes e liberdade de expressão, ou até mesmo partidos, como em alguns casos na região do Conselho de Cooperação do Golfo. Isto reflecte os double standards dos países ocidentais, porque, a meu ver, estão mais preocupados com os seus interesses, isto é, com uma certa estabilidade que vá de encontro às condições que impõem do que com que a promoção da democracia. A democracia significa parlamentos livres que poderão questionar a presença de tropas ocidentais na região e recusar cooperar com os americanos ou quaisquer outros Estados ocidentais. Além de que os resultados das eleições poderão ser pró-islâmicos. Mas esta é que é a verdadeira democracia! Há que aceitá-la, quer se goste ou não!